ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO[1]

1 ASPECTOS GERAIS

Este texto de análise tem como objetivo apresentar e discutir de maneira aprofundada as informações recentes da conjuntura laboral brasileira, cujo horizonte temporal é o fim do quarto trimestre de 2023. Para isso, foram realizadas diversas tabulações de indicadores a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada trimestralmente; e o registro administrativo do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais adotados para os indicadores de mercado de trabalho variam de acordo com as características de suas trajetórias e sua relevância para a identificação de fenômenos do mercado de trabalho brasileiro. De modo a evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações que levam em conta as taxas interanuais de variação (isto é, *vis-à-vis* o mesmo período do ano anterior) para os indicadores analisados ao longo das seções.

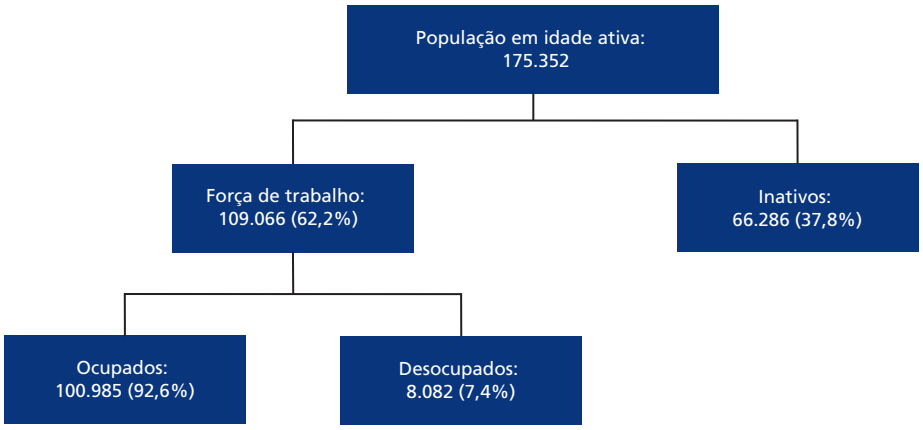
O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, verificam-se informações referentes a variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção 3, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e para diversos recortes populacionais, além de outras informações, como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção 4, conduz-se a discussão para o nível setorial, verificando as condições de ocupação entre os principais setores de atividade na economia brasileira. Na seção 5, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, em nível domiciliar, entre setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Na seção 6, por fim, seguem algumas considerações acerca das principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil possuem, *grosso modo*, dois focos de análise: i) a categoria dos ocupados, sob distintas dimensões, como: formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos etc.; e ii) a categoria dos desocupados, em que são abordados os fatores condicionantes do desemprego, o perfil dos indivíduos nessa condição e os problemas socioeconômicos acarretados pela desocupação. Tais elementos são discutidos nesta seção, tendo como referência o quarto trimestre de 2023, cujos principais agregados estão sintetizados na figura 1.

1. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bmt77/analisedomercado

FIGURA 1
Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (4º trim. 2023)



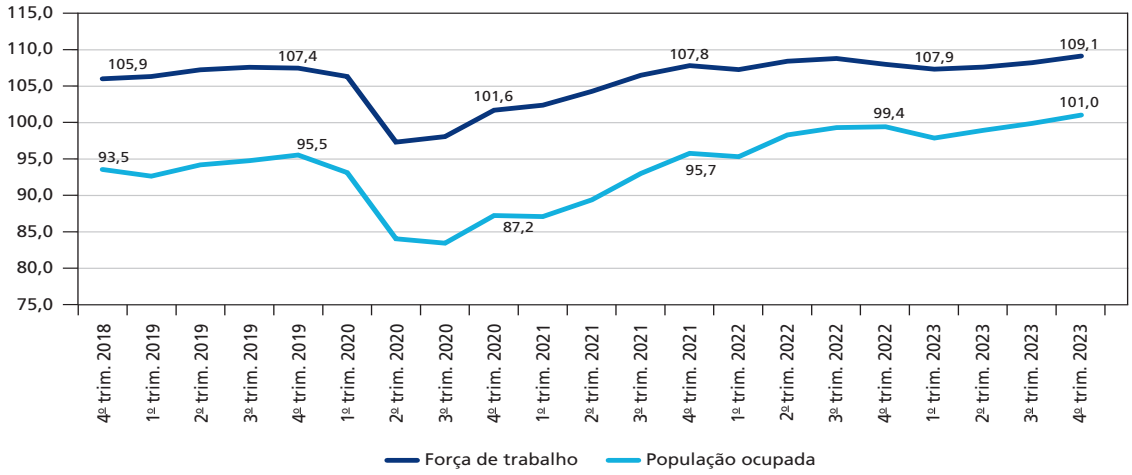
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

De acordo com as estatísticas da PNAD Contínua, o mercado de trabalho brasileiro segue com trajetória positiva no quarto trimestre de 2023. A força de trabalho no país totalizou 109,1 milhões de pessoas, o que corresponde ao aumento de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, e à elevação de 0,8% em comparação com a média observada no trimestre anterior, finalizado em setembro de 2023.

A população ocupada, que consiste no principal componente na análise estrutural do mercado de trabalho, alcançou um registro de quase 101 milhões de trabalhadores, refletindo um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior, equivalente a 1,6 milhão de novos ocupados no país.

O gráfico 1 apresenta a evolução desses dois agregados nacionais (médias trimestrais da força de trabalho e da população ocupada). Quanto mais próximas estão as curvas, menor é o total de trabalhadores desocupados (ou seja, menor é a taxa de desemprego na economia).

GRÁFICO 1
Força de trabalho e população ocupada (4º trim. 2018-4º trim. 2023)
(Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

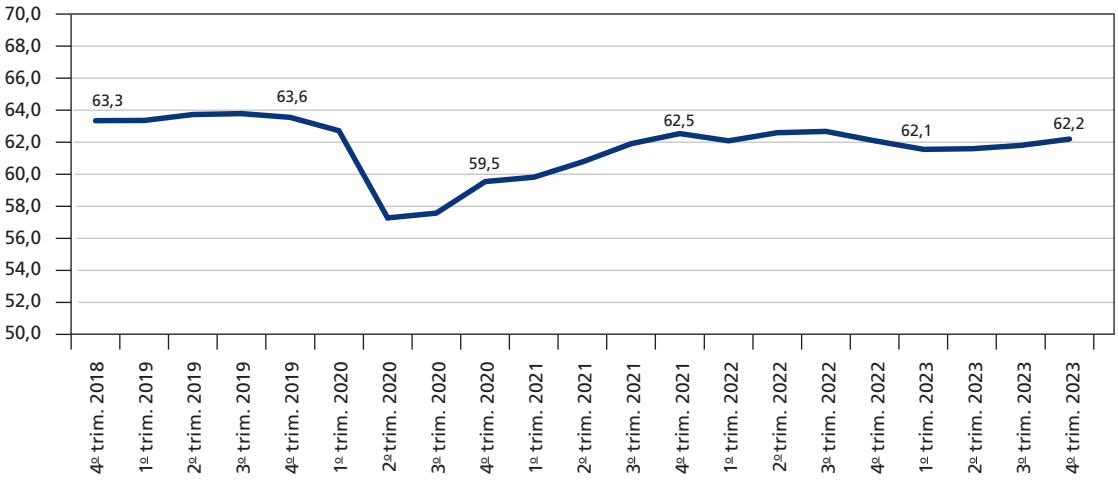
Outro aspecto positivo decorrente do desempenho da força de trabalho foi a taxa de participação.[2] Com a população em idade ativa (PIA)[3] atingindo 175,4 milhões no quarto trimestre de 2023, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro alcançou 62,2%, apresentando um modesto aumento de 0,1 ponto percentual (p.p.) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os dados mais recentes revelam que, após queda durante o segundo semestre de 2022, esse indicador tem demonstrado tendência de estabilidade. Observa-se, porém, conforme o gráfico 2, que esse valor permanece abaixo da média observada nos trimestres anteriores à pandemia, quando estava em torno de 63%.

Apesar disso, mesmo diante dos indicadores favoráveis do mercado de trabalho, é crucial salientar a significativa quantidade de indivíduos inativos no país. Esse indicador totalizou aproximadamente 66,3 milhões no quarto trimestre de 2023, representando aumento de 0,6% em comparação com o mesmo período de 2022.

2. A taxa de participação no mercado de trabalho refere-se à razão entre a força de trabalho (pessoas acima de 14 anos empregadas ou procurando emprego) e a PIA.

3. Na PNAD Contínua, a PIA compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, entre 14 e 60 anos.

GRÁFICO 2
Taxa de participação da força de trabalho (4º trim. 2018-4º trim. 2023)
(Em %)



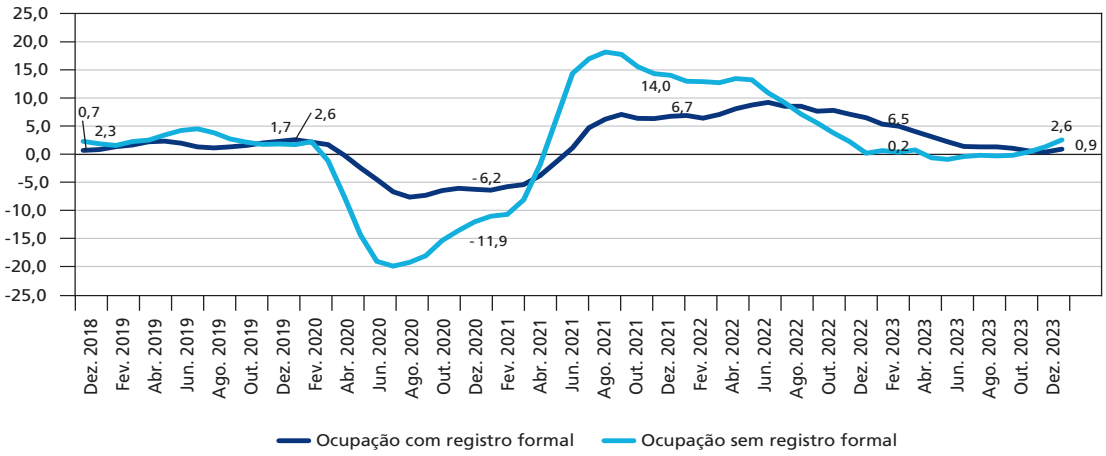
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

No que se refere à ocupação por vínculo empregatício, deve-se registrar que o crescimento interanual da ocupação ocorreu, para esse período de análise, mais intensamente no segmento informal[4] da economia do que no segmento formal.[5] Enquanto o número de ocupados informais avançou 2,6% no trimestre finalizado em dezembro de 2023, na comparação interanual, o contingente de trabalhadores formais registrou alta de 0,9%, segundo os dados extraídos da PNAD Contínua (gráfico 3). Vale salientar que esse resultado encerrou uma sequência de cinco trimestres seguidos de crescimento superior da força de trabalho formal.

4. Existem diversas formas possíveis de determinar um conjunto de ocupações como formais ou informais. Para fins desta análise em particular, em sentido mais ampliado do conceito de informalidade, a ocupação informal compreende: trabalhador sem carteira assinada nos setores privado e público; trabalhador doméstico sem carteira assinada; empregador sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); trabalhador por conta própria sem CNPJ; e trabalhador familiar auxiliar.

5. Nesse caso, como o inverso da concepção ampliada de ocupação informal, a formal compreende o trabalhador com registro em carteira nos setores privado e público; os militares e os estatutários; o trabalhador doméstico com carteira assinada; o empregador com CNPJ; e o trabalhador por conta própria com CNPJ.

GRÁFICO 3
População ocupada por formalização do vínculo ocupacional: taxa de crescimento interanual – médias móveis trimestrais (dez. 2018-dez. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

De forma complementar, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, tanto em termos absolutos do número de trabalhadores quanto pelo percentual de cada categoria na composição total, para os quartos trimestres de 2018 a 2023, bem como do primeiro ao quarto trimestre de 2023 para uma verificação de possível tendência recente. Percebe-se que o total de trabalhadores assalariados registrados formalmente (com carteira de trabalho assinada) segue como a maior parcela, respondendo por 48,1%, ou seja, pouco menos da metade dos ocupados. Esse percentual, que representava 47,8% no mesmo trimestre de 2022, reflete uma ligeira melhora, mas ainda não alcança os níveis de formalização observados em períodos de maior dinamismo do mercado de trabalho brasileiro. Os dados indicam também que o crescimento dos postos de trabalho informais no quarto trimestre de 2023 é majoritariamente impulsionado pelo aumento na parcela dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada, com elevação de 2,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, o número de trabalhadores por conta própria aumentou 0,6%, enquanto o conjunto de empregadores registrou queda de 0,6% na comparação interanual.

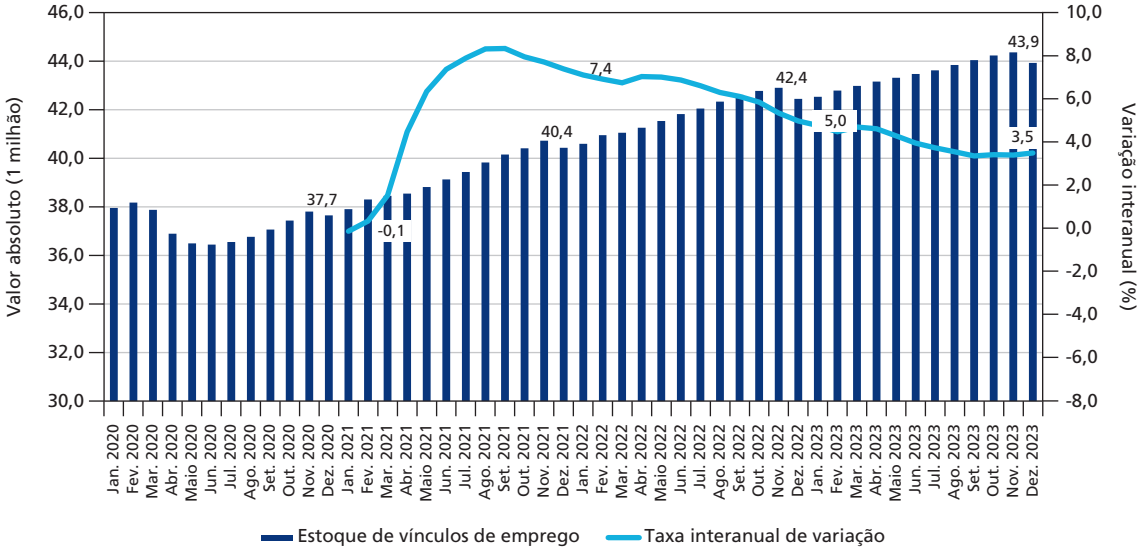
TABELA 1
População ocupada por posição na ocupação: valores absolutos, participação no total e taxas de variação interanual (4º trim. 2018-4º trim. 2023)

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	**Total**
Valores absolutos (1 mil trabalhadores)					
4º trim. 2018	44.818,6	20.753,2	23.512,0	4.450,2	**93.533,9**
4º trim. 2019	45.584,5	21.201,7	24.335,7	4.393,1	**95.515,0**
4º trim. 2020	42.177,7	18.254,0	22.945,7	3.847,9	**87.225,3**
4º trim. 2021	44.782,9	21.147,0	25.943,7	3.873,9	**95.747,5**
4º trim. 2022	47.507,0	22.146,2	25.468,2	4.248,4	**99.369,8**
1º trim. 2023	47.197,1	21.276,7	25.193,5	4.157,8	**97.825,0**
2º trim. 2023	47.350,7	22.165,4	25.223,5	4.170,0	**98.909,6**
3º trim. 2023	47.904,1	22.243,9	25.480,3	4.209,9	**99.838,2**
4º trim. 2023	48.534,1	22.614,6	25.615,0	4.220,9	**100.984,6**
Participação no total (%)					
4º trim. 2018	47,9	22,2	25,1	4,8	**100**
4º trim. 2019	47,7	22,2	25,5	4,6	**100**
4º trim. 2020	48,4	20,9	26,3	4,4	**100**
4º trim. 2021	46,8	22,1	27,1	4,0	**100**
4º trim. 2022	47,8	22,3	25,6	4,3	**100**
1º trim. 2023	48,2	21,7	25,8	4,3	**100**
2º trim. 2023	47,9	22,4	25,5	4,2	**100**
3º trim. 2023	48,0	22,3	25,5	4,2	**100**
4º trim. 2023	48,1	22,4	25,4	4,2	**100**
Taxa de variação interanual (%)					
4º trim. 2018	0,1	2,2	3,0	2,7	-
4º trim. 2019	1,7	2,2	3,5	-1,3	-
4º trim. 2020	-7,5	-13,9	-5,7	-12,4	-
4º trim. 2021	6,2	15,8	13,1	0,7	-
4º trim. 2022	6,1	4,7	-1,8	9,7	-
1º trim. 2023	4,4	2,7	-0,4	1,5	-
2º trim. 2023	2,1	1,0	-1,9	-1,6	-
3º trim. 2023	2,2	-0,6	-0,8	-3,3	-
4º trim. 2023	2,2	2,1	0,6	-0,6	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também retratam um cenário de crescimento absoluto da ocupação formal no país, ainda que em ritmo mais ameno em relação aos trimestres anteriores. Segundo o levantamento do MTE, em dezembro de 2023, no acumulado em doze meses, a economia brasileira gerou cerca de 1,48 milhão de novas ocupações com carteira assinada. Dessa forma, o número de vínculos de empregos criados com registro em carteira no setor privado vem possibilitando a expansão do estoque de trabalhadores formais, que alcançou 43,9 milhões em dezembro de 2023, o que representa alta de 3,5% na comparação interanual, conforme demonstra o gráfico 4.

GRÁFICO 4
Estoque de vínculos de empregos formais no setor privado: valor absoluto e variação interanual (2020-2023)



Fontes: PNAD Contínua/IBGE (disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados; acesso em: 27 mar. 2024) e Novo Caged/MTE (disponível em: http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged; acesso em: 27 mar. 2024).
Elaboração dos autores.

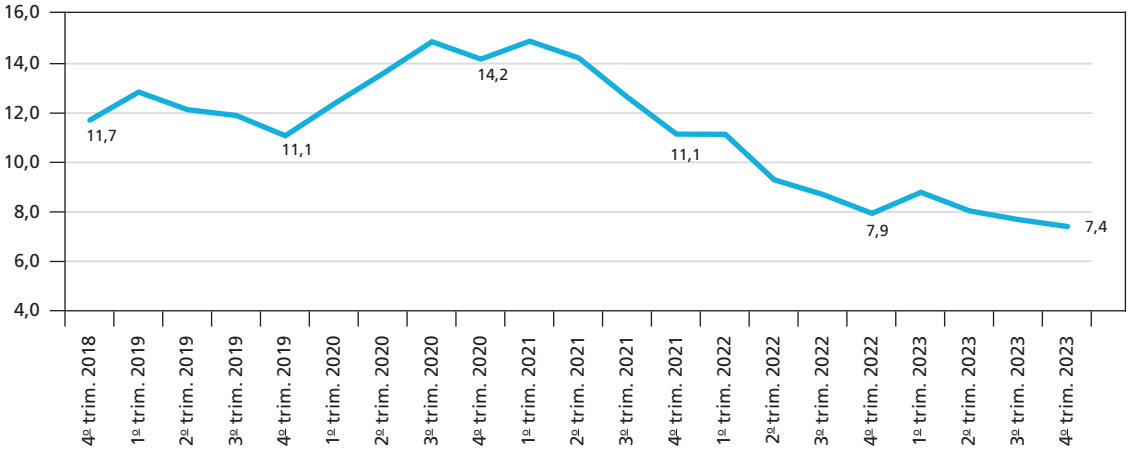
3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

O gráfico 5 ilustra a variação na desocupação entre os quartos trimestres de 2018 a 2023. Em 2023, a taxa de desocupação registrou 7,4%, o que representa queda de 0,5 p.p. Com isso, o país alcançou o menor patamar de desocupação desde o primeiro trimestre de 2014. A tendência de queda permanece evidente quando se observa a média móvel mensal, corroborada também pelos dados dessazonalizados apresentados em Lameiras e Hecksher (2024).

É importante ressaltar, no entanto, que, conforme descrito na seção anterior, o aumento da ocupação vem sendo acompanhado por um movimento semelhante da força de trabalho, o que limita a possibilidade de uma queda mais significativa da taxa de desocupação.

Nesse contexto, o país ainda enfrenta a realidade de cerca de 8,1 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário – um contingente populacional considerável que aguarda oportunidades para reintegração no sistema produtivo nacional.

GRÁFICO 5
Taxa de desocupação da força de trabalho (4º trim. 2018-4º trim. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Não obstante a relativa melhora na composição da estrutura ocupacional, com queda na comparação interanual da desocupação e da elevação na participação dos assalariados registrados, o mercado de trabalho brasileiro também tem evidenciado um comportamento mais favorável de outros indicadores. Destaca-se, para fins deste estudo, os indicadores de subocupação da força de trabalho por insuficiência de horas[6] e de trabalhadores na condição de desemprego por desalento.[7] Tais indicadores constam, inclusive, nas metas do Brasil para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS),[8] além de serem fatores relevantes para o estudo sobre desigualdade de renda.[9]

No caso da taxa de subocupação, após atingir seu ponto máximo nos meses de junho e julho de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda desse indicador, alcançando o menor valor em março de 2023 (5,1%). A partir desse ponto, o indicador começou a aumentar levemente,

6. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de quarenta horas semanais, mas que tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

7. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, os motivos associados ao desalento referem-se às seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) era considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

8. Para descrição analítica das metas brasileiras na agenda dos ODS, mais precisamente o ODS 8 (trabalho descente e crescimento econômico), ver Ipea (2020), Silva (2019) e Silva, Peliano e Chaves (2018).

9. Sobre a relação dessas categorias com a desigualdade de renda do trabalho no Brasil, ver Barbosa (2019).

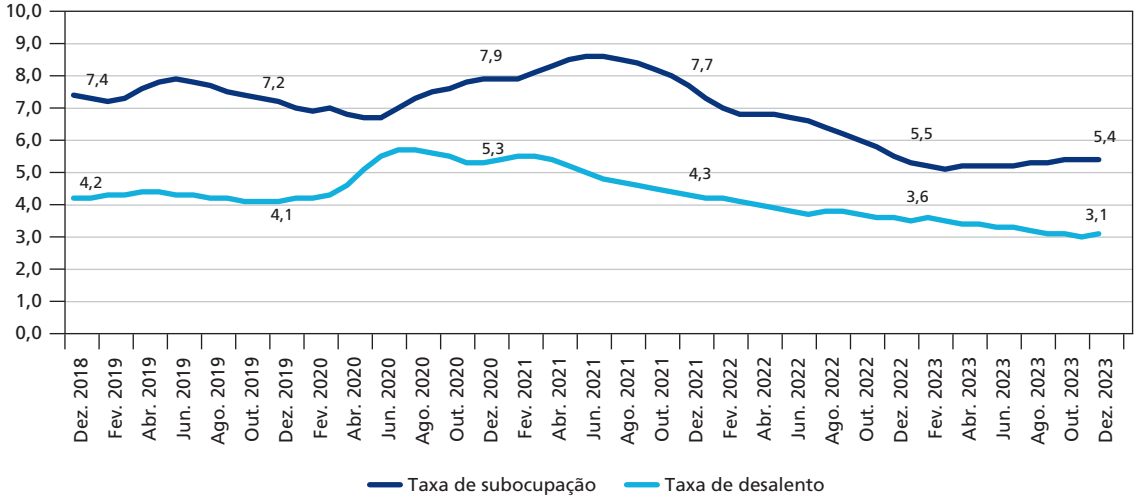
recuperando os valores registrados no fim de 2022. A estabilidade atual em comparação ao ano anterior é evidente, visto que o referido indicador encerrou dezembro em 5,4%, redução de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, o aumento da população subocupada foi residual, 6 mil trabalhadores (mantendo-se no mesmo patamar de 5,4 milhões observado em dezembro de 2022).

Sobre esse ponto, vale ressaltar ainda que a ocorrência da subocupação não é restrita a ocupações informais. Há outros tipos de contratos de trabalho, devidamente formalizados, que comportam jornadas semanais inferiores a quarenta horas. A reforma trabalhista, ocorrida em 2017 (Lei nº 13.467/2017), expandiu o leque de possibilidades a serem utilizadas pelos empregadores para a utilização desses contratos, além de criar novas formas possíveis de contratação flexibilizada. Um exemplo é o caso do "contrato de trabalho intermitente", em que o trabalhador não tem nenhuma garantia da quantidade de horas e, consequentemente, do valor a receber ao fim do mês (Oliveira e Silva, 2023).

Enquanto isso, o número de trabalhadores na condição de desemprego por desalento tem mantido uma trajetória recente favorável, encerrando o quarto trimestre de 2023 em 3,1%, valor 0,5 p.p. menor na comparação interanual. No último mês do ano, foram registrados 3,5 milhões de indivíduos nessa situação.

O gráfico 6 ilustra a evolução recente para os dois indicadores anteriormente mencionados.

GRÁFICO 6
Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento: médias móveis trimestrais – Brasil (dez. 2018-dez. 2023)
(Em %)

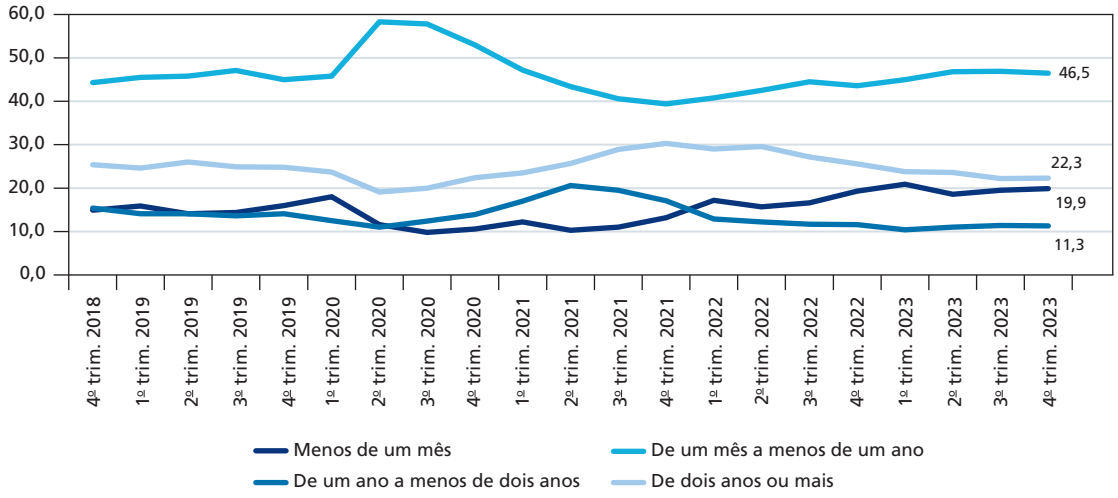


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Outro aspecto relevante de análise diz respeito ao tempo médio de espera dos indivíduos por um reposicionamento (ou posicionamento, no caso do primeiro emprego) no mercado de trabalho, ou seja, o tempo médio em que os trabalhadores desempregados involuntariamente permanecem nessa condição. Pelo gráfico 7, nota-se que a maior parcela da população desocupada (46,5%) no quarto trimestre de 2023 se mantém na condição de espera entre um mês e um ano. Para o grupo daqueles que alcançam rápido (re)posicionamento (isto é, em menos de um mês), a participação relativa subiu no último trimestre, fechando a série em 19,9%.

Os dados permitem verificar também a participação do contingente de desocupados de longo prazo, considerados como aqueles que se mantêm nessa condição por mais de um ano. No quarto trimestre de 2023, esse percentual agregado foi de 33,6%, correspondente à soma do grupo dos desocupados entre um e dois anos (11,3%) e dois anos ou mais (22,3%). Esse valor se manteve semelhante ao trimestre anterior, e representou redução de 3,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2022. Desconsiderando-se o período da pandemia (2020 e 2021), marcado pela queda maciça nas taxas de participação da força de trabalho, esse foi o menor índice desde o terceiro trimestre de 2015.

GRÁFICO 7
Taxa de desocupação por tempo de espera: variação interanual (4º trim. 2018-4º trim. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

A despeito da trajetória interanual de melhora desse indicador, não se pode desconsiderar também o fato de que o percentual observado totaliza, em números absolutos, algo em torno de 2,7 milhões de indivíduos na condição de desemprego há mais de um ano no país. Isso indica uma condição cujo equacionamento segue bastante complexo, pois pode resultar em perda relativa de capital humano e desatualização tecnológica em relação às exigências ocupacionais.

Logo, quanto maior o período de desocupação de um indivíduo, maiores as dificuldades de reinserção, o que configura uma barreira para a redução mais acentuada da desocupação no país. Tal realidade faz com que a inclusão laboral dessa parcela da população em situação de convivência mais prolongada com o desemprego demande esforços estruturados e coordenados em termos de políticas públicas específicas de curto, médio e longo prazo.

Em análise desagregada da desocupação no Brasil, os dados extraídos da PNAD Contínua reforçam as informações anteriores ao mostrar que, no quarto trimestre de 2023, houve recuo significativo do desemprego para a maioria dos segmentos elencados.

Na análise regional, os dados revelam que, em termos absolutos, o Sudeste demonstrou a maior queda absoluta no período, com uma redução de 0,8 p.p., alcançando uma taxa de desocupação de 7,1%. A região Nordeste registrou diminuição de 0,4 p.p., embora mantenha a taxa de desocupação mais elevada entre as regiões brasileiras (10,4%). Por sua vez, a região Sul foi a única cuja taxa não recuou, ao manter-se inalterada em 4,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Mesmo assim, o Sul permanece com a menor taxa de desocupação entre as médias regionais no país. As disparidades significativas nos níveis de desocupação entre as regiões ressaltam a considerável disparidade territorial do país, um aspecto que não pode ser ignorado em qualquer estratégia de desenvolvimento.

O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi superior entre as mulheres, ao cair de 9,8% para 9,2%. Entre os homens, o recuo foi de 6,5% para 6,0%. Apesar dessa retração, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero na estrutura laboral brasileira, em que a taxa de desocupação dos homens refere-se a cerca de dois terços da taxa observada entre as mulheres.

Em termos raciais, observou-se um movimento em direção à redução da desigualdade existente. A queda da desocupação entre os indivíduos brancos e amarelos foi de 0,3 p.p. (de 6,2% para 5,9%), enquanto a redução para os não brancos (pretos, pardos e indígenas – PPI) foi de 0,8 p.p. (de 9,4% para 8,6%). Apesar da diminuição na disparidade desse indicador, é notável que, assim como na comparação por gênero, a taxa de desocupação dos indivíduos não brancos ainda representa cerca de dois terços da taxa observada entre os brancos e amarelos, evidenciando um componente racial persistente na desigualdade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro.

A abertura por idade revela que, no quarto trimestre de 2023, todos os grupos etários apresentaram diminuição na taxa de desocupação na comparação interanual, exceto o grupo de idosos (com idade acima de 59 anos), que permaneceu estável (com aumento de 0,1 p.p.). Em termos absolutos, apesar da desaceleração significativa de 1,1 p.p., a taxa de desocupação de 15,3% entre os trabalhadores de 14 a 24 anos continua consideravelmente mais alta do que nas outras faixas etárias, ainda que isso possa indicar mais participação na escolaridade por parte desses jovens (uma hipótese que requer estudos adicionais para confirmação). No outro extremo, a desocupação entre os trabalhadores mais idosos permanece significativamente menor em comparação com as outras faixas etárias, com uma taxa de 3,5%. É importante ressaltar que, nos grupos etários mais baixos, a redução da desocupação ocorre principalmente devido

à desaceleração do crescimento da força de trabalho, e não necessariamente pela expansão da população ocupada.

Por fim, a desagregação por nível educacional revela que os trabalhadores com ensino médio incompleto continuam com a taxa de desocupação mais alta (13,0%) entre todos os recortes considerados, enquanto a mais baixa é observada no grupo com ensino superior (4,5%). Segundo os dados da PNAD Contínua, entre os menos escolarizados, a redução da taxa de desocupação ocorre mesmo em um contexto de queda da população ocupada nesse grupo, devido à diminuição ainda mais acentuada da força de trabalho. Por sua vez, a desocupação entre os trabalhadores com ensino superior reflete o aumento mais expressivo da ocupação em comparação com o da força de trabalho.

A tabela 2 sintetiza esses dados desagregados de desocupação no mercado de trabalho brasileiro para os trimestres mais recentes.

TABELA 2
Taxa de desocupação desagregada: variação interanual (1º trim. 2021-4º trim. 2023)
(Em %)

Unidades de análise	2021				2022				2023			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Brasil	**14,9**	**14,2**	**12,6**	**11,1**	**11,1**	**9,3**	**8,7**	**7,9**	**8,8**	**8,0**	**7,7**	**7,4**
Centro-Oeste	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7	5,5	5,8
Nordeste	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3	10,8	10,4
Norte	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1	7,7	7,7
Sudeste	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5	7,1
Sul	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6	4,5
Masculino	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9	6,4	6,0
Feminino	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6	9,3	9,2
Brancos e amarelos	12,0	11,7	10,3	9,0	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2	6,0	5,9
Pretos, pardos e indígenas	17,3	16,3	14,5	12,9	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5	9,1	8,6
De 14 a 24 anos	30,0	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6	16,0	15,3
De 25 a 39 anos	14,1	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4	7,0	6,9
De 40 a 59 anos	9,6	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9
Mais de 59 anos	5,9	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2	3,5
Ensino fundamental incompleto	14,0	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8	7,6	7,7
Ensino fundamental completo	15,8	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6	9,9	9,3
Ensino médio incompleto	24,2	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6	13,5	13,0
Ensino médio completo	17,1	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6	8,0
Ensino superior	10,3	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9	4,6	4,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir de dados extraídos tanto da PNAD Contínua quanto do Novo Caged. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo em praticamente todos os setores de atividade, ainda que em intensidades distintas.

A tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população ocupada nacional, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os quartos trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

TABELA 3
Composição da população ocupada por setor de atividade

Setor de atividade	Total da população ocupada por setor (1 mil pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Agropecuária	8.881,1	8.487,6	7.985,9	9,7	9,3	8,5
Indústria extrativa	461,9	537,3	574,3	0,5	0,5	0,5
Indústria de transformação	11.207,7	11.556,5	11.621,1	11,8	11,7	11,6
Siup[1]	742,8	734,4	763,1	0,8	0,8	0,7
Construção civil	7.465,1	7.367,6	7.439,0	7,3	7,8	7,4
Comércio	18.443,7	19.185,6	19.122,9	19,0	19,3	19,3
Informática, finanças, serviços a empresas	11.439,4	11.944,0	12.585,6	12,2	12,0	12,0
Transporte	4.852,6	5.338,3	5.696,9	5,1	5,1	5,4
Serviços pessoais	4.917,2	5.398,0	5.516,0	4,9	5,1	5,4
Administração pública	4.986,7	5.168,8	5.017,2	5,9	5,2	5,2
Saúde e educação	11.400,3	12.417,4	13.023,9	12,7	11,9	12,5
Alojamento e alimentação	5.160,6	5.341,4	5.515,8	4,8	5,4	5,4
Serviços domésticos	5.755,7	5.873,7	6.079,7	5,4	6,0	5,9
Total	**95.714,6**	**99.350,7**	**100.941,6**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Serviços industriais de utilidade pública.

Conforme os números demonstram, o setor de comércio segue com a maior participação percentual sobre o total das ocupações, a saber, 19,3%, estável em relação ao ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros está ocupado em atividades de comércio, o que indica a relevância desse setor para o agregado das ocupações no país. O setor da indústria de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica nacional, fechou o quarto trimestre de 2023 com participação de 11,6% no total da ocupação, também relativamente estável na comparação interanual (queda de 0,1 p.p.).

Em valores absolutos, o setor com maior acréscimo de trabalhadores no intervalo de doze meses foi o de informática, com expansão de aproximadamente 642 mil indivíduos entre o quarto trimestre de 2022 e o de 2023. Em seguida veio o setor de saúde e educação, com 606 mil pessoas ocupadas adicionadas no mesmo período.

O setor de alojamento e alimentação também se destacou no período considerado na tabela 3. Tal fato indica a manutenção da sequência da recuperação desse setor pós-pandemia de covid-19, uma vez que ele esteve entre os mais afetados pela queda na atividade econômica no período pandêmico (Silva, Corseuil e Costa, 2022).[10]

Dos setores que demonstraram perdas mais significativas de participação no total da ocupação, chama-se atenção para dois deles. O primeiro é o da agropecuária, que após conter 9,7% da ocupação total no país em 2021, encerrou o quarto trimestre de 2023 com 8,5%, e uma diminuição de 502 mil postos de trabalho nos últimos doze meses. Tal resultado surpreende quando se considera o fato de o produto interno bruto (PIB) do setor agropecuário ter apresentado elevação de 15,1% em 2023, com grande contribuição para o crescimento de 2,9% da economia nacional nesse ano (Brasil, 2024).[11] Ou seja, o movimento de crescimento do valor adicionado da agropecuária foi acompanhado por queda significativa no total da ocupação no setor, tanto em termos relativos quanto absolutos, fato que demanda estudos específicos para compreender essa trajetória de descolamento dos indicadores.

O segundo refere-se à construção civil, que retrocedeu de 7,8% para 7,4%, apesar de ter tido crescimento absoluto em torno de 71 mil trabalhadores ao longo de 2023. Como se trata de um setor bastante sensível no nível de investimentos da economia, resta verificar se os movimentos recentes na queda da taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (BCB) trarão algum efeito para a recuperação da ocupação setorial nos próximos meses, bem como com a retomada de programas governamentais de infraestrutura e habitação.

A tabela 4 traz mais detalhamentos sobre as taxas de variação da população ocupada total em cada um dos setores agregados. Verifica-se que a evolução positiva observada no quarto trimestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022 é resultante da melhora no nível de emprego na maioria dos segmentos (dez setores em um total de treze). Os destaques ficaram por conta dos setores de indústria extrativa (6,9%), transporte (6,7%) e informática (5,4%), com as taxas de variação mais elevadas no estoque em comparação interanual. Outro dado a ser ressaltado refere-se ao crescimento da ocupação na construção civil, que apesar de modesto (1,0%), interrompeu a sequência de quatro trimestres anteriores com saldo negativo.

Por sua vez, agropecuária (-5,9) e administração pública (-2,9%) tiveram as maiores variações negativas nos últimos doze meses. No caso do primeiro, o setor completou o sétimo trimestre consecutivo de queda interanual da ocupação, o que explica sua perda relativa na participação total da ocupação no país, conforme mostrado anteriormente na tabela 3.

10. Para análise anterior sobre a dinâmica setorial do mercado de trabalho brasileiro, ver Corseuil *et al*. (2022).

11. Mais informações sobre a variação do PIB brasileiro em 2023, ver PIB cresce... (2024).

TABELA 4
População ocupada por setores: variação interanual (1º trim. 2021-4º trim. 2023)
(Em %)

Setores de atividade	2021				2022				2023			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Agropecuária	3,6	11,2	9,7	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5,0	-3,8	-5,9
Indústria extrativa	-11,6	-4,8	5,0	12,1	9,8	18,0	13,0	16,3	8,4	2,5	13,0	6,9
Indústria de transformação	-5,2	5,3	12,8	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,5	0,6
Siup	-19,2	-18,6	-13,0	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2,0	-2,5	9,0	3,9
Construção civil	-2,5	22,2	20,1	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6	-2,4	1,0
Comércio	-8,2	6,1	13,4	11,6	12,2	14,2	7,8	4,0	3,0	-0,8	-1,5	-0,3
Informática, finanças, serviços a empresas	0,9	9,1	10,4	7,2	4,0	5,1	6,9	4,4	6,0	3,0	5,2	5,4
Transporte	-9,0	4,6	12,6	10,0	10,4	10,0	9,2	10,0	7,9	4,3	4,3	6,7
Serviços pessoais	-17,4	3,5	8,8	14,7	19,5	18,7	24,0	9,8	4,3	2,7	-4,4	2,2
Administração pública	-3,0	-3,0	-3,7	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7	-3,6	-2,9
Saúde e educação	-0,6	-0,2	4,3	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9	7,2	4,9
Alojamento e alimentação	-26,3	8,8	26,5	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1,0	3,9	3,3
Serviços domésticos	-18,6	9,0	21,3	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,3	-1,3	3,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Quando comparadas às taxas interanuais registradas no trimestre anterior, houve desaceleração em cinco dos treze setores. Entre aqueles que registraram desaceleração mais expressiva na taxa trimestral de crescimento do emprego, na comparação interanual, estão: agropecuária (de -3,8% para -5,9%); indústria extrativa (de 13,0% para 6,9%); Siup (de 9,0% para 3,9%); e saúde e educação (de 7,2% para 4,9%). Em contrapartida, os dois setores com maior variação positiva foram: serviços pessoais (de -4,4% para 2,2%) e serviços domésticos (de -1,3% para 3,5%).

Ao verificar a variação interanual da ocupação setorial de acordo com a posição na ocupação, descrita em sequência na tabela 5, mesmo entre os setores com redução no ritmo de expansão, observa-se relativa melhora na qualidade do emprego. Os dados apontam que o emprego com registro em carteira foi a modalidade com maior crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2022 (3,1% pelo Novo Caged e 2,2% pela PNAD Contínua). De fato, os dados do Novo Caged (primeira coluna) mostram que todos os setores apresentaram crescimento nesse quesito, com destaque para construção civil (8,9%), serviços pessoais (7,6%) e alojamento e alimentação (6,9%). Em termos do número absoluto de vínculos acumulados nos quatro trimestres de 2023, sobressaíram os setores de informática, finanças e serviços a empresas (381 mil) e comércio (277 mil). Quanto aos dados da PNAD Contínua (segunda coluna), as principais exceções (isto é, setores que demonstraram queda no emprego com registro em carteira) ficaram por conta de serviço doméstico (-4,6%), administração pública (-2,1%) e agropecuária (-2,8%), divergindo, portanto, dos números do Novo Caged (que só capta registros de emprego formal).

TABELA 5
População ocupada por setor e posição na ocupação: variação interanual (4º trim. 2023)
(Em %)

Setores de atividade	Novo Caged[2]	PNAD Contínua		
		Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	2,0	-2,8	-5,0	-8,3
Indústria extrativa	3,1	8,7	-5,0	-1,3
Indústria de transformação	1,4	1,5	-1,3	-0,1
Siup	1,5	3,8	7,6	-6,1
Construção civil	8,9	0,5	-1,1	3,6
Comércio	3,0	1,8	0,5	-4,9
Informática, finanças, serviços a empresas	5,3	4,5	6,2	7,1
Transporte	5,0	6,6	0,4	9,4
Serviços pessoais	7,6	9,3	-1,8	1,9
Administração pública	1,0	-2,1	-5,5	-
Saúde e educação	1,9	3,0	10,9	7,8
Alojamento e alimentação	6,9	2,5	4,0	1,6
Serviços domésticos	-	-4,6	6,3	-
Total	**3,1**	**2,2**	**2,1**	**0,6**

Fontes: PNAD Contínua/IBGE (disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados; acesso em: 27 mar. 2024) e Novo Caged/MTE (disponível em: http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged; acesso em: 27 mar. 2024).
Elaboração dos autores.

Por fim, a tabela 6 e o gráfico 8 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil, por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho foi de 47,8% no quarto trimestre de 2023, com elevação de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período no ano anterior. Ainda assim, o indicador segue abaixo de 50%, conforme já afirmado neste estudo. Ou seja, mais da metade da população ocupada encontra-se sem registro formal de trabalho. Entre os setores, aqueles com maiores índices de formalização da força de trabalho são os ligados à atividade industrial – indústria extrativa (87,4%), Siup (84,2%) e indústria de transformação (66,6%) –, bem como à administração pública (75,6%) e à saúde e educação (68,1%), ambos com mais de dois terços da força de trabalho ocupada registrada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (17,5%), agropecuária (20,7%), construção civil (24,1%), serviços domésticos (23,4%) e alojamento e alimentação (32,1%) possuem os menores percentuais, todos com menos de um terço da força de trabalho formalizada.[12]

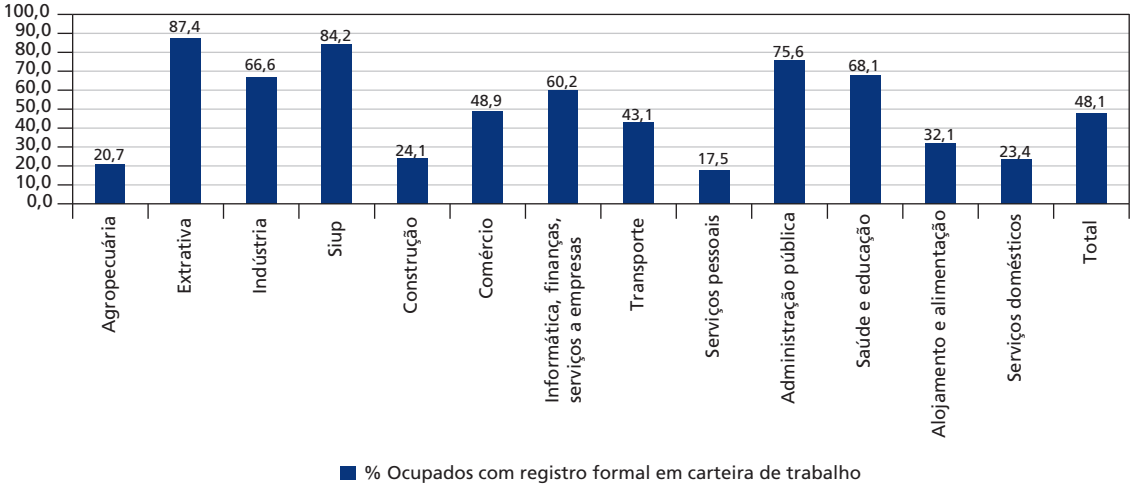
12. Sobre a informalidade do trabalho no Brasil, ver Nogueira (2018) e Nogueira e Carvalho (2021).

TABELA 6
População ocupada formalizada por setor de atividade: participação relativa no total
(Em %)

Setores de atividade	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Agropecuária	17,6	20,0	20,7
Indústria extrativa	85,3	85,9	87,4
Indústria de transformação	64,6	66,0	66,6
Siup	77,3	84,3	84,2
Construção civil	22,1	24,2	24,1
Comércio	46,2	47,9	48,9
Informática, finanças, serviços a empresas	61,1	60,7	60,2
Transporte	44,1	43,1	43,1
Serviços pessoais	16,8	16,3	17,5
Administração pública	76,6	74,9	75,6
Saúde e educação	71,6	69,3	68,1
Alojamento e alimentação	28,6	32,3	32,1
Serviços domésticos	24,3	25,4	23,4
Total	**46,8**	**47,8**	**48,1**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8
Participação relativa da ocupação formalizada por setor de atividade (4º trim. 2023)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Nesse sentido, a desagregação setorial do mercado de trabalho brasileiro, apresentada nesta seção, traz à tona dois canais que permitem explicar o crescimento mais elevado da ocupação formal em relação à população ocupada como um todo. O primeiro canal consiste em ter havido, a partir de uma análise intersetorial, crescimento menor ou mesmo queda da ocupação entre aqueles setores com maior percentual de informalidade – a exemplo da agropecuária, da construção civil e dos serviços domésticos (tabelas 3 e 4; e gráfico 8). O segundo canal aponta que esses mesmos setores, com exceção de serviços domésticos, também tiveram movimentação superior da ocupação formal em sua composição, elevando o nível de formalização da força de trabalho em cada um deles na comparação interanual (tabelas 5 e 6).

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função da conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020a).

Apesar disso, a estrutura laboral brasileira é bastante complexa e não se atém apenas na dicotomia entre formal e informal (Nogueira, 2018). Além de a Previdência Social possibilitar que trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira assinada sejam contribuintes individuais, há uma série de outras atividades com diferentes tipos de institucionalização que também precisam ser consideradas com vistas à garantia de oportunidades de trabalho decente à população. Nesse rol de alternativas, encontram-se as experiências de economia solidária, baseadas na organização associativa e autogestionária de trabalhadores, com vistas à geração de renda e à consolidação de projetos de desenvolvimento local (Silva, 2020b). Porém, a falta de estatísticas mais precisas sobre essas dinâmicas laborais dificulta uma análise mais agregada de sua composição no território nacional, o que exige novos projetos específicos de pesquisa para contemplar essa lacuna.

5 RENDA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

A trajetória da renda média do trabalho no Brasil tem apresentado fortes variações no período recente, fundamentalmente em função dos impactos na dinâmica laboral causados pela pandemia de covid-19 a partir do início de 2020 (Silva, Corseuil e Costa, 2022). Nos primeiros meses da pandemia, o que se observou foi o crescimento expressivo da renda média por um "efeito composição" do mercado de trabalho, originado por duas fontes distintas. Por um lado, grande quantidade de empregos de menor remuneração, em especial os informais, desapareceram do mercado de trabalho brasileiro, enquanto aqueles de maior remuneração apresentaram mais capacidade de manutenção, fazendo com que a média dos rendimentos aumentasse.[13] Por outro lado, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava entrevistas por telefone, o que causou aumento da não resposta para a pesquisa. Na medida em que tais impactos não estavam aleatoriamente distribuídos na amostra, essa situação pode ter afetado os resultados, causando viés de seleção dos entrevistados.[14]

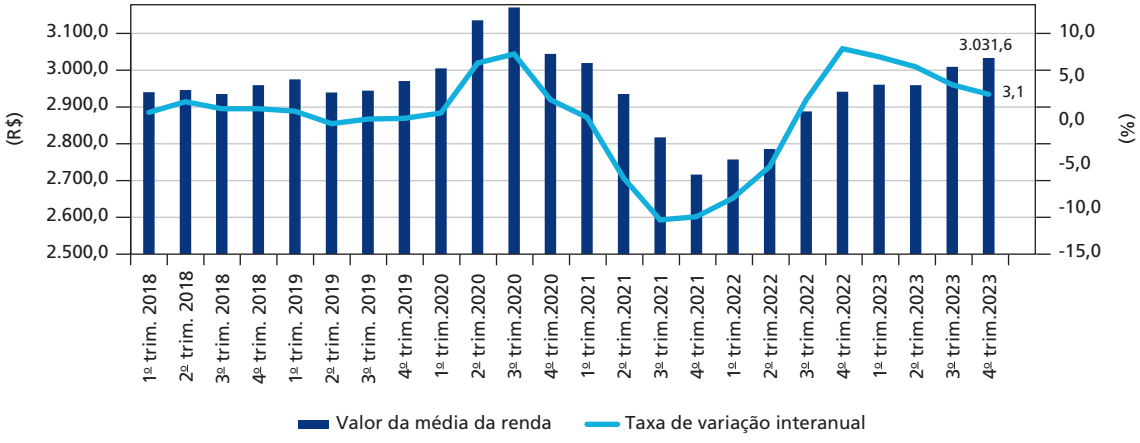
13. Nos setores de construção; comércio e alojamento; e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e, principalmente, dos trabalhadores por conta própria (Silva, Corseuil e Costa, 2022).

14. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em Corseuil e Russo (2021).

Esse movimento foi sendo revertido à medida que o nível de ocupação se restabelecia aos níveis pré-pandemia no trimestre final de 2020.[15] Contudo, a renda habitual média manteve-se em queda no início de 2021, especialmente em razão da demora no restabelecimento do programa de transferência emergencial de renda.[16] Com isso, o índice saiu de um pico no trimestre encerrado em setembro de 2020 (R$ 3.169) até atingir R$ 2.715 no último trimestre de 2021. Daí em diante, houve nova e contínua recuperação, finalizando a série de análise em um patamar superior, em valores reais, em relação àquele observado no trimestre anterior à pandemia – em termos comparativos, a renda média do quarto trimestre de 2023 situou-se 2,1% acima da observada no quarto trimestre de 2019.

Dado esse preâmbulo conjuntural, o gráfico 9 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para novembro de 2023), que permitem compreender melhor a trajetória recente de recuperação. Os dados do quarto trimestre de 2023 revelam que essa trajetória observada ao longo de 2022 se mantém. O crescimento interanual observado da renda média mensal foi de 3,1%, com leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 4,2%. Tal resultado foi superior inclusive à taxa de crescimento do PIB nacional, que fechou o ano em 2,9%, como relatado na seção 4. Em termos monetários, a renda média foi de R$ 3.032 no quarto trimestre de 2023, com pequena variação positiva em relação ao trimestre anterior.[17]

GRÁFICO 9
Renda mensal média do trabalho: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Obs.: Valores deflacionados para novembro de 2023.

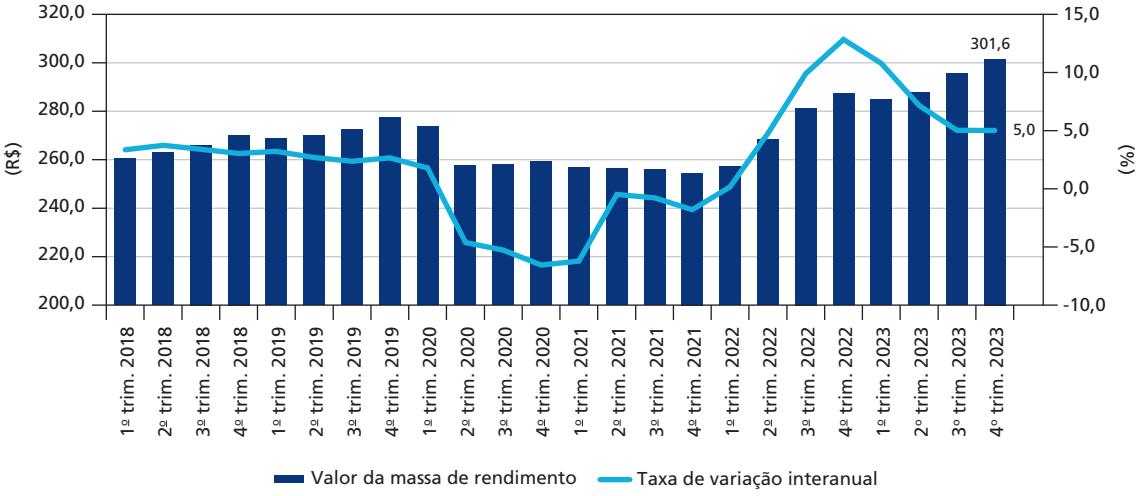
15. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em Carvalho *et al*. (2020).

16. Sobre os programas sociais de transferência de renda durante a pandemia, ver Costa *et al*. (2022), Ipea (2021) e Silva, Corseuil e Costa (2022).

17. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2024).

No agregado da renda habitual dos trabalhadores brasileiros, os dados plotados no gráfico 10 indicam que a média mensal da massa de rendimentos (incluindo retornos salariais e ganhos declarados de empregadores) fechou em R$ 301,6 bilhões no quarto trimestre de 2023. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 5,0%, com estabilidade em relação ao trimestre anterior. Em termos absolutos, foram aproximadamente R$ 14,4 bilhões a mais em circulação na economia em valores reais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda média nacional, mostrada no gráfico 9.

GRÁFICO 10
Massa de rendimentos real mensal e taxa de variação: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2018-4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Obs.: Valores deflacionados para novembro de 2023.

Para a conferência da renda por vínculo de ocupação, a tabela 7 mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior ao dos demais, com R$ 7.806 (crescimento interanual de 6,4%), quase o dobro da média nacional. Porém, conforme mostrado anteriormente (tabela 1), esse grupo é o menos numeroso, representando menos de 5% do total dos ocupados no país. Entre os demais grupos, os assalariados formais (dos setores público e privado), que congregam quase 50% dos ocupados, também recebem acima da média nacional, com R$ 3.359, com a segunda menor taxa de crescimento (2,8%) entre os grupos e desaceleração em relação ao trimestre anterior.[18] O menor rendimento médio mensal segue por conta dos assalariados informais, com R$ 1.855, que obteve taxa de crescimento interanual de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já os trabalhadores por conta própria tiveram a menor taxa de crescimento interanual da renda, 1,0%, fechando o trimestre com R$ 2.486 de renda média mensal.

18. Para verificar os valores e as taxas de crescimento sequenciais por trimestre, ver Carvalho (2024).

TABELA 7
Renda mensal média do trabalho por posição na ocupação: valores absolutos e variação interanual (4º trim. 2018-4º trim. 2023)

	Assalariados (com carteira assinada)	Assalariados (sem carteira assinada)	Conta própria	Empregador	Média total
			Valores absolutos (R$)		
4º trim. 2018	3.363,5	1.578,0	2.273,7	7.471,8	2.888,9
4º trim. 2019	3.368,1	1.620,8	2.243,3	7.940,5	2.904,0
4º trim. 2020	3.481,2	1.657,6	2.269,3	7.803,8	2.971,5
4º trim. 2021	3.106,4	1.541,4	2.189,7	6.711,2	2.658,2
4º trim. 2022	3.269,0	1.719,1	2.460,3	7.336,5	2.890,2
4º trim. 2023	3.358,9	1.855,2	2.485,9	7.806,4	2.986,6
			Taxa de variação interanual (%)		
4º trim. 2018	0,2	8,9	2,7	1,1	1,6
4º trim. 2019	0,1	2,7	-1,3	6,3	0,5
4º trim. 2020	3,4	2,3	1,2	-1,7	2,3
4º trim. 2021	-10,8	-7,0	-3,5	-14,0	-10,5
4º trim. 2022	5,2	11,5	12,4	9,3	8,7
4º trim. 2023	2,8	7,9	1,0	6,4	3,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Obs.: Valores deflacionados para novembro de 2023.

As tabelas 8 e 9 complementam a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais. Todos os segmentos definidos mantiveram a trajetória de crescimento, ainda que, na maioria deles, tenha se verificado desaceleração quanto ao trimestre anterior.

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no segundo trimestre de 2023, com R$ 3.524, seguido pelo Sudeste, com R$ 3.431. O Nordeste manteve-se com a menor média, de R$ 2.040. Em contrapartida, o Nordeste demonstrou crescimento interanual de 4,0%, superado apenas pelo Norte, com 4,1%. O Sul, por sua vez, obteve a menor taxa de crescimento interanual da renda média mensal do trabalho, com 1,2%.

Entre as regiões metropolitanas (RMs), a renda média ficou em R$ 3.680, contra R$ 2.532 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o quarto trimestre ficou relativamente estável em comparação ao mesmo período anterior, visto que a taxa de variação foi 3,0% para as áreas metropolitanas, contra 3,1% para as não metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que, entre os homens, a média dos rendimentos ficou em R$ 3.326, enquanto, entre as mulheres, o valor foi aproximadamente 30% menor, finalizando o período na marca de R$ 2.636. No entanto, a taxa de crescimento da renda das mulheres nesse trimestre foi superior à dos homens, com 4,2% contra 2,5%, indicando leve diminuição na desigualdade de gênero dos rendimentos. Esses dados são próximos àqueles registrados

por posição no domicílio, em que os indivíduos considerados chefes de domicílio são, em sua maioria, homens.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R$ 3.918, enquanto, entre os PPIs, o valor foi de R$ 2.317. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, houve certa vantagem para o grupo de trabalhadores brancos (3,9% e 2,7%, respectivamente), o que contribuiu para ampliar essa desigualdade no período, em contraste com o que vinha ocorrendo nos trimestres anteriores.

Na abertura por idade, verifica-se escalonamento das médias, que vai desde R$ 1.704 para o grupo de 14 a 24 anos até R$ 3.491 para o grupo a partir de 60 anos. Quanto ao crescimento interanual, o maior valor ficou por conta do grupo de 40 a 59 anos, que registrou 4,1%. Para os trabalhadores com mais de 59 anos, houve aumento de cerca de 1,1% no início de 2023, menor taxa entre os grupos etários considerados.

Escalonamento semelhante também se nota no recorte por grau de escolaridade, em que a menor média de renda foi para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, em R$ 1.604, enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R$ 5.454. Esses grupos tiveram a segunda menor e a segunda maior taxa de crescimento, com -0,1% e 2,4%, respectivamente. A menor taxa observada ocorreu entre os trabalhadores com ensino fundamental completo, com -1,2%, o que indica desaceleração em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi de 6,1%.

TABELA 8
Renda real média desagregada: valor absoluto variação interanual (4º trim. 2021-4º trim. 2023)

Recortes de análise	Rendimento médio mensal (R$)			Taxa de variação interanual (%)		
	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Centro-Oeste	3.080,4	3.460,3	3.523,7	-6,9	12,3	1,8
Nordeste	1.852,8	1.960,6	2.039,9	-9,2	5,8	4,0
Norte	2.076,2	2.324,5	2.419,3	-7,5	12,0	4,1
Sudeste	3.072,7	3.319,4	3.430,5	-12,5	8,0	3,3
Sul	3.021,3	3.275,8	3.316,1	-10,5	8,4	1,2
Região metropolitana	3.262,5	3.572,4	3.680,1	-12,1	9,5	3,0
Região não metropolitana	2.290,6	2.455,5	2.532,0	-9,9	7,2	3,1

(Continua)

(Continuação)

Recortes de análise	Rendimento médio mensal (R$)			Taxa de variação interanual (%)		
	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Masculino	2.965,1	3.244,7	3.326,4	-10,3	9,4	2,5
Feminino	2.371,3	2.529,1	2.635,7	-11,2	6,7	4,2
Branco	3.455,5	3.772,8	3.918,2	-13,0	9,2	3,9
PPIs	2.093,8	2.256,4	2.317,1	-6,1	7,8	2,7
De 14 a 24 anos	1.519,4	1.655,3	1.704,1	-1,9	8,9	3,0
De 25 a 39 anos	2.662,5	2.977,0	3.028,3	-9,0	11,8	1,7
De 40 a 59 anos	3.130,6	3.298,7	3.435,2	-11,2	5,4	4,1
Mais de 59 anos	3.242,1	3.453,1	3.490,8	-16,8	6,5	1,1
Chefe de família	3.134,8	3.333,6	3.406,0	-11,7	6,3	2,2
Não chefe de família	2.352,2	2.600,8	2.696,6	-8,8	10,6	3,7
Ensino fundamental incompleto	1.477,5	1.606,1	1.603,9	-5,2	8,7	-0,1
Ensino fundamental completo	1.792,7	1.902,4	1.878,9	-4,8	6,1	-1,2
Ensino médio incompleto	1.640,6	1.761,7	1.768,7	-3,3	7,4	0,4
Ensino médio completo	2.060,8	2.201,7	2.272,3	-5,5	6,8	3,2
Ensino superior	4.963,7	5.324,9	5.453,7	-9,9	7,3	2,4
Brasil	**2.715,4**	**2.940,0**	**3.031,6**	**-10,8**	**8,3**	**3,1**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Obs.: Valores deflacionados para novembro de 2023.

Quanto à desagregação setorial dos rendimentos, é importante mencionar que, durante o período da pandemia (2020 e início de 2021), as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio, construção civil) foram aquelas com maior queda da renda, e justamente esse impacto explica a recuperação desses setores após a segunda metade de 2021. Tal padrão permaneceu ao longo de 2022, ou seja, setores com maior grau de formalização e com trabalhadores mais qualificados demonstraram maior queda da renda e menor recuperação (Carvalho, 2024). A partir de 2023, esses efeitos setoriais advindos dos desequilíbrios provocados pela pandemia parecem ter se dissipado de forma mais consistente, permitindo novas análises.

Nessa perspectiva, a tabela 9 apresenta tanto os valores médios reais quanto o crescimento interanual do rendimento médio mensal por setores de atividade para os quartos trimestres de 2021 a 2023, para melhor compreensão dessa trajetória recente.

TABELA 9
Renda média mensal do trabalho por setor de atividade: valor absoluto variação interanual (4º trim. 2021-4º trim. 2023)

Setores de atividade	Trimestres		
	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Rendimento médio mensal (R$)[4]			
Agropecuária	1.527,45	1.777,01	1807,451
Indústria[1]	2.635,28	2.800,34	2964,262
Construção civil	2.113,42	2.412,23	2324,708
Comércio	2.190,73	2.357,89	2503,936
Serviços profissionais[2]	3.953,84	4.354,19	4382,468
Transporte	2.663,90	2.894,57	2844,631
Serviços pessoais e coletivos[3]	1.532,83	1.680,45	1716,116
Administração pública	4.982,92	5.072,49	5307,102
Educação e saúde	3.846,03	4.056,27	4203,35
Alojamento e alimentação	1.699,34	1.898,54	1959,395
Taxa de variação interanual (%)			
Agropecuária	-3,7	16,3	1,7
Indústria[1]	-15,9	6,3	5,9
Construção civil	-3,7	14,1	-3,6
Comércio	-6,6	7,6	6,2
Serviços profissionais[2]	-8,7	10,1	0,6
Transporte	0,8	8,7	-1,7
Serviços pessoais e coletivos[3]	-4,7	9,6	2,1
Administração pública	-13,9	1,8	4,6
Educação e saúde	-11,4	5,5	3,6
Alojamento e alimentação	-3,0	11,7	3,2

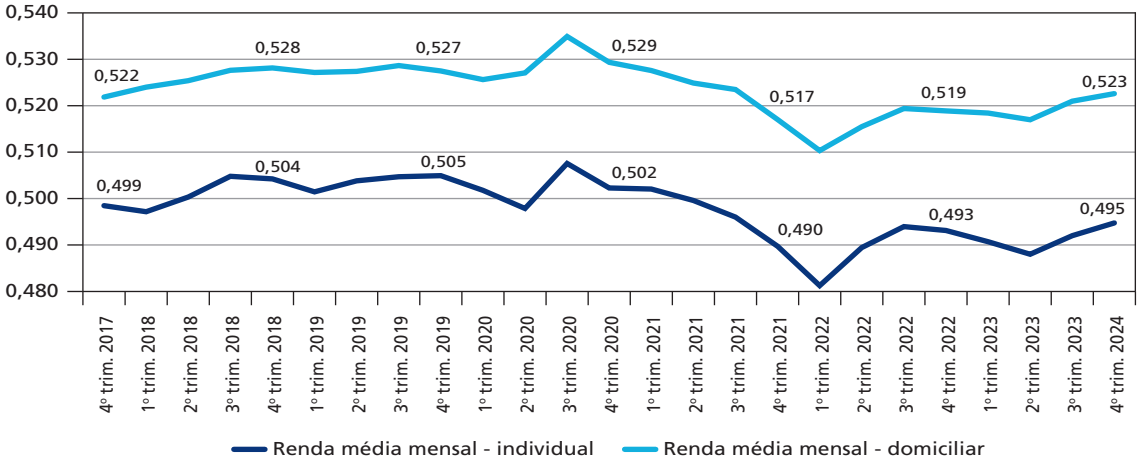
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Inclui indústria de transformação, indústria extrativa e Siup.
[2] Serviços profissionais: informática, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e administrativas.
[3] Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.
[4] Valores deflacionados para novembro de 2023.

De antemão, a maioria dos setores listados tiveram aumento real de renda no quarto trimestre de 2023 (8 em 10), na comparação interanual. As maiores taxas de crescimento foram referentes aos setores de comércio (6,2%), indústria (5,9%) e administração pública (4,6%). Pode-se dizer que o componente intrassetorial de variação da ocupação, conforme discutido no fim da seção 4, explica a elevação relativamente mais robusta da renda para esses setores, uma vez que todos eles apresentaram crescimento mais forte na parcela formal de sua força de trabalho, cujas médias salariais são mais elevadas que na contraparte informal.

Por sua vez, os trabalhadores da construção civil foram os que obtiveram o pior resultado na média mensal da renda habitual (-3,6%) para o período, seguido pelo setor de transporte (-1,7%), o que representou, para ambos, desaceleração substantiva em relação ao trimestre imediatamente anterior, conforme demonstrado em Silva, Fernandes e Padilha (2023).

Por fim, em termos de desigualdade de renda, a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual indica variações importantes nos últimos anos desde o fim de 2014. Após o pico de desigualdade causado durante a pandemia, houve nova tendência de queda, com relativa estabilização a partir do terceiro trimestre de 2022. Os dados mais recentes indicam que, para o quarto trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar ficou em 0,523, e o da renda individual, em 0,495, com pequena elevação de ambos os índices tanto na comparação interanual quanto na comparação com o trimestre anterior. O gráfico 11 ilustra a evolução recente desses dados.

GRÁFICO 11
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos: IG da renda individual e da renda domiciliar (4º trim. 2017-4º trim. 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 27 mar. 2024.
Elaboração dos autores.

Vale ressaltar ainda que ambos os índices podem ser considerados altos para os padrões internacionais, o que evidencia o cenário desigual na distribuição de renda do trabalho no Brasil em relação ao restante dos países (Chancel *et al.*, 2022; PNUD, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou situar os principais indicadores da dinâmica conjuntural recente do mercado de trabalho brasileiro, tendo como referência a divulgação dos dados até o quarto trimestre de 2023 pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em suma, o mercado de trabalho segue apresentando trajetória de recuperação da ocupação, com quedas seguidas da taxa de desemprego. Essa trajetória vem acompanhada de outras

informações importantes nas comparações com o mesmo período do ano anterior – de um lado, ritmo mais intenso das contratações com registros formais, com crescimento superior ao da população ocupada como um todo; de outro lado, queda nas taxas de subocupação por insuficiência de horas, inatividade por desalento e desemprego de longo prazo. Tais resultados são relevantes também para a aproximação das metas de trabalho decente, a serem alcançadas até 2030, contidas na agenda dos ODS, da qual o Brasil é signatário.[19]

Os dados de renda do trabalho também mostraram que o ritmo de recuperação tem se mantido no quarto trimestre de 2023 na comparação interanual, com crescimento real de 3,1%, fechando a série em R$ 3.032. Todas as regiões e todos os recortes populacionais analisados compartilharam dessa elevação, ainda que com diferenças marcantes em cada segmento e setor de atividade. A massa de rendimentos real teve crescimento interanual de 5,0%, alcançando a soma de R$ 301,6 bilhões (acréscimo de R$ 14,4 bilhões em relação ao quarto trimestre de 2022).

Apesar disso, os dados analisados também evidenciaram problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Em que pese a recuperação recente, ainda é elevado o número de pessoas em situação de desemprego involuntário, a saber, 8,1 milhões. Destes, em torno de 2,7 milhões estão em tal condição há mais de um ano. Outras 3,5 milhões encontram-se fora da força de trabalho por desalento, isto é, quando desistem de buscar emprego mesmo com desejo de trabalhar, além de uma quantidade preocupante de jovens que não trabalham nem estudam devido a uma série de fatores bastante investigados na literatura. Há ainda uma parcela significativa da população que permanece em ocupações precárias, baseadas em relações informais de trabalho, desconectadas do sistema público de proteção previdenciária e dos diversos tipos de garantia previstos na lei trabalhista (férias remuneradas, décimo terceiro salário, seguro-desemprego, abono salarial, transporte, refeição etc.). Vale mencionar que, tanto o vínculo do indivíduo com o posto de trabalho quanto a massa de rendimentos em circulação derivada do trabalho informal são bastante sensíveis a flutuações da atividade econômica e às condições gerais da economia, como ficou evidente, de forma bastante perversa, com os efeitos da pandemia de covid-19 na sociedade brasileira em 2020 e 2021.

Por fim, as desigualdades demonstradas sob variados recortes sociopopulacionais (região, gênero, raça, faixa etária, escolaridade), em termos de oportunidades de inclusão produtiva e de rendimento médio mensal auferido no trabalho, persistem enquanto principais desafios a serem enfrentados no horizonte estratégico de desenvolvimento para o país, ainda que tenha havido diminuição no interior de algumas categorias. Logo, há uma demanda forte por novas oportunidades de emprego e geração de renda, as quais devem ser conectadas às instituições de proteção social e previdenciária. O desafio colocado está em atender a essa demanda nacional de forma consistente e com qualidade, de modo a proporcionar níveis dignos de rendimento para o bem-estar das unidades familiares.[20]

19. As metas relativas a trabalho estão reunidas no ODS 8, que trata do objetivo de promoção do trabalho decente e de desenvolvimento econômico, bem como reúne um conjunto de metas voltadas a "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" (Silva, Peliano e Chaves, 2018, p. 197).

20. Para mais informações sobre políticas de proteção social relacionadas ao mercado de trabalho no Brasil, ver capítulos de trabalho e renda e de previdência social em Ipea (2023).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 67, p. 59-70, out. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9949/1/bmt_67_nt_estagnacao_desigual_desemprego.pdf.

BRASIL. **PIB Brasil**: geral e agropecuário. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/agricola/2024/2024-03-01-pib_2023_iv-tri.pdf.

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023. **Carta de Conjuntura**, n. 62, nota 18, 1º trim. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/03/240308_cc_62_nota_18_rendimentos.pdf.

CARVALHO, S. S. de *et al*. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 50, nota 12, 4º trim. 2020. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/.

CHANCEL, L. *et al*. **World inequality report 2022**. WID, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, nota 22, 1º trim. 2021. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/.

CORSEUIL, C. H. *et al*. **A dinâmica do emprego setorial no último biênio**. Brasília: Ipea, jan. 2022. (Nota Técnica Disoc, n. 99). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10898/2/NT_99_Disoc_A_Dinamica_do_emprego.pdf.

COSTA, J. *et al*. Análise da incidência do auxílio emergencial e do benefício emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD covid-19. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 81-95, out. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 30, p. 175-213, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=545946da-e977-4b81-9bb1-4e4a25f56130.

LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. Indicadores mensais do mercado de trabalho: dezembro de 2023. **Carta de Conjuntura**, n. 62, nota 10, 1º trim. 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/02/240209_nota_10.pdf.

NOGUEIRA, M. O. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, p. 87-97, abr. 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64_07_politica1.pdf.

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. de. **Trabalho precário e informalidade**: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2021. (Texto para Discussão, n. 2707). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948.

OLIVEIRA, A. S. de; SILVA, S. P. **Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil**: evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017. Brasília: Ipea, jul. 2023. (Texto para Discussão, n. 2898). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12192.

PIB CRESCE 2,9% em 2023 e fecha o ano em R$ 10,9 trilhões. **Agência IBGE Notícias**, 1º mar. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39303-pib-cresce-2-9-em-2023-e-fecha-o-ano-em-r-10-9-trilhoes.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: Camões: Instituto da Cooperação e da Língua, 2019. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019pt.pdf.

SILVA, E. R. A. da (Coord.). **ODS 8**: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Brasília: Ipea, 2019. (Cadernos ODS). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html.

SILVA, E. R. A. da; PELIANO, A. M.; CHAVES, J. V. (Coord.). **Agenda 2030**: ODS – metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, out. 2020a. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10363.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561.

SILVA, S. P.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil**: análise dos dados até o terceiro trimestre de 2023. Brasília: Ipea, fev. 2024. (Nota Técnica Disoc, n. 112). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12773/4/NT_112_Disoc_Conjuntura.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIRÍACO, J. da S. *et al*. Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 31-48, out. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al*. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**, n. 61, nota 25, 4º trim. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231218_cc_61_nota_25_mercado_de_trabalho.pdf.